

Suzana Maria Pozzer da Silveira

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

Currículo e Políticas educacionais: o ensino de sociologia frente à BNCC

GT: 04

BNCC: potencialidades, desafios e o necessário protagonismo da Sociologia

Belém, Pará

2021

RESUMO

A complexidade das sociedades contemporâneas demanda um novo modelo de educação. A lógica disciplinar da sociedade fordista tem pouca viabilidade em um mundo em constante transformação. No entanto, persiste uma série de desafios relacionados a como realizar tal mudança, de modo a evitar os reducionismos e a instrumentalização desses processos pela lógica utilitarista do mercado. Somado a isso, percebe-se uma defasagem entre a proposta da BNCC e a habilitação dos profissionais em educação, os quais, em geral, foram e são graduados numa estrutura disciplinar, tecnicista e racional. Ou seja, uma estrutura que valoriza o especialista, o mercado de trabalho e que pouco considera as emoções, a empatia, o autoconhecimento e a integração dos saberes. Neste contexto e em face desses desafios, a mudança parece ser urgente e necessária. Mas, qual mudança, como ela será feita e para qual propósito? De forma aligeirada, pautada em uma argumentação convincente, mas sem um aporte formativo qualificado? Logo, surge a dúvida: até que ponto a BNCC encarna uma mudança substancial? Ou será que almeja reduzir-se a mais uma estratégia neoliberal de diminuição de custos e sucateamento da educação? Tendo como referência o campo das Ciências Humanas, esses questionamentos são fundamentais, se levado em consideração o real propósito dessas mudanças, uma vez que tais conhecimentos terão mais ou menos importância. Em face do exposto, o trabalho procura problematizar as interrogações, à luz do imprescindível e necessário protagonismo da Sociologia no Ensino Médio e, quiçá, Fundamental.

INTRODUÇÃO

Tendo como referência o questionamento sobre o lugar conferido à Sociologia na BNCC e na reforma do ensino médio na Ementa do GT 04 deste encontro, o presente trabalho almeja colaborar para nessa discussão, principalmente, a partir da vivência da proponente, enquanto docente de Sociologia no ensino médio. Trata-se, portanto, de um ensaio que busca contribuir reflexivamente sobre o protagonismo da Sociologia no nível médio, frente as mudanças em curso advindas da BNCC.

Nas sociedades complexas do século XXI, em especial a brasileira, a Sociologia tem uma contribuição ímpar, tendo em vista, neste caso, a naturalização de estereótipos e a permanência de concepções de mundo pré-modernas. Igualmente, o passado histórico de colonização persiste no imaginário coletivo, expressando-se por meio do racismo, do patriarcalismo e da profunda desigualdade social existente (FERNANDES, 1975).

Nesse contexto, fortalecer a democracia e a cidadania implicam, necessariamente, a desconstrução desse imaginário coletivo “estamental”, que naturaliza as desigualdades de

classe, gênero e raça. A destruição e violência pela qual passaram e passam as populações indígenas, quilombolas, camponesas, periféricas, de forma sistemática, alertam para o pouco avanço no que tange a uma nova “imaginação sociológica” (MILLS, 1972).

Trata-se de uma cultura remanescente da Casa Grande & Senzala, sendo forte a confusão entre público e privado, com o predomínio da cordialidade e, em consequência, do patrimonialismo, clientelismo e, até mesmo, nepotismo. Como referido, não é apenas um *modus operandi*, de um grupo ou outro, mas uma *cultura* muito bem retratada por vários autores, entre eles, Sérgio Buarque de Holanda, com o conceito de “cordialidade” (FREYRE, 1963; HOLANDA, 1979).

Parece importante destacar essas mazelas, em especial quando estão em pauta temas relacionados à educação e à construção de currículos (BNCC), tendo em vista o papel essencial da escola na edificação de uma cultura mais democrática e cidadã. E o que dizer da Sociologia com o seu manancial de conceitos, categorias, que há séculos se debruçam sobre essas problemáticas? Enquanto ciência, que tem por objeto a sociedade, a Sociologia pode contribuir de inúmeras formas nesse processo, pois ao questionar, explicar, desnaturalizar, propor, vai favorecendo a composição de um novo imaginário coletivo (MILLS, 1972; BAUMAN & MAY, 2010).

No entanto, devido a uma série de limitações, seja em termos de formação de profissionais na área, intermitência no ensino médio, a Sociologia, em geral, tem um frágil protagonismo. Não se trata de desconsiderar as especificidades desse campo de conhecimento como sendo das humanas, com histórico de pouco prestígio e valorização, mas de buscar refletir sobre isso, de modo a pensar maneiras de fortalecer a sua inserção no âmbito escolar. No momento atual, com todas as mudanças no Ensino Médio e com a BNCC, essa reflexão configura-se ainda mais importante.

A hipótese, apresentada neste trabalho, está atrelada ao pensar o “frágil” protagonismo da Sociologia, já que essa disciplina apresenta um visível “desequilíbrio” entre teoria e prática. Ou seja, parece haver na formação docente muita ênfase àquilo que se refere à apropriação conceitual. No entanto, a prática, o fazer, o trabalhar esses conceitos com os estudantes de modo realmente significativo, que faça sentido para os adolescentes, parece ficar em segundo plano. Partindo do que se coloca, aqui, talvez fosse interessante, em função das especificidades da disciplina, que o estágio obrigatório seja transformado, por exemplo, em uma residência de docência, conforme melhor detalhado na sequência.

Posto isto, além da introdução e conclusão, o trabalho foi dividido em três seções, sendo a primeira voltada para uma análise mais geral da educação e as mudanças necessárias a partir

da sociedade do século XXI, suas demandas e desafios. A segunda seção, apresenta em linhas gerais a proposta da BNCC, com ênfase em pontos positivos e negativos, tendo por referência os desafios da educação na realidade brasileira. Nesse ponto, a finalidade é problematizar a real intenção das mudanças no ensino médio, se realmente visam a uma melhor inserção na sociedade atual, em que o protagonismo juvenil, a cidadania e a democracia são fundamentais ou uma mera adequação ao mercado de trabalho. Por fim, a última seção enfatiza o imperioso papel da Sociologia no ensino médio e, quiçá, sua importância e desafios à luz da experiência da autora, enquanto docente do ensino médio.

A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

Em função das mudanças nos processos produtivos, com a inserção de novas tecnologias, na complexidade dos problemas contemporâneos, globais e, portanto, interdependentes, urge mudanças na educação (MORIN, 2005; BECK; GIDDENS; LASH, 1997). O modelo hegemônico presente na escola convencional ainda ressoa a lógica das sociedades fordistas, com disciplinas, tempo cronometrado, passividade dos estudantes, enfileirados, escutando alguém que detém o conhecimento.

De natureza antagônica do contexto da Revolução Industrial, em que bastava o aprendizado de técnicas e conteúdos básicos, o Pós-fordismo exige criatividade, inovação, empatia, capacidade de trabalhar em equipes diversas e resiliência. Isso implica aprender a se conhecer (autoconhecimento) para melhor conhecer e interagir com o outro (alteridade/empatia), estando aberto para ouvir de forma crítica o que os demais têm a dizer (MORIN & JACOBINA, 2005).

O pensamento crítico não implica simplesmente a crítica pela crítica, contudo pressupõe a capacidade de ouvir pontos de vistas diversos, de modo a ampliar a visão sobre determinado aspecto e/ou fenômeno/problema em questão. Do mesmo modo, o que o outro vê que ainda não estou vendo? O que eu vejo e o outro não vê? Desta forma, o querer convencer o outro com o um discurso pronto, fechado e formatado não pode imperar. Então: como estabelecer pontes de diálogo e aprendizagem mútuas a partir do respeito e da tolerância com o diferente? Arrisque-se uma resposta: trata-se de um aprendizado.

Na esteira desta discussão, são, portanto, muito válidas as Competências Gerais da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, por mais apropriados que tenham sido e ainda sejam os pressupostos do paradigma da ciência moderna, não é mais possível desconsiderar a contingência, a incerteza, a interdependência dos conhecimentos e a

diversidade dos saberes (VASCONCELLOS, 2002). Assim, arrogância antropocêntrica/eurocêntrica não deve ter mais espaço, dada a complexidade dos desafios contemporâneos (SANTOS & MENESES, 2010). Todos esses aspectos implicam a necessária inserção da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade nos currículos escolares, se dada a merecida importância à proposta da BNCC.

Nesse contexto, o protagonista muda de figura, pois não basta saber conteúdos, professar conhecimentos. De tal modo, a educação estará centrada no estudante, no que ele aprende, na sua fala, e não no professor. Com as novas tecnologias, qualquer conhecimento está à disposição, a um clique, existindo uma memória virtual. Desse modo, cabe ao professor o papel de mediador, de orientador do estudante nesse processo, instigando no educando a curiosidade, o aprender a pensar e, com isso, a interessar-se pela pesquisa, estudo, tornando o aprendizado agradável, alegre e estimulante (MOSÉ, 2013; GADOTTI, 2002).

Os questionamentos tendem a ser mais interessantes que as respostas, podendo ser ampliados por meio da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, as quais favorecem a articulação entre diversas variáveis. Deste modo, é possível romper as paredes das salas de aula e os muros das escolas, possibilitando a integração de diversos saberes (LIBÂNEO, 2010).

Senão todas, a maioria das questões elencadas nesta seção estão, de alguma forma, presentes na BNCC. Mesmo assim, há muitas lacunas e contradições que induzem a certo descrédito no que tange às novas mudanças do ensino médio, conforme detalhado no próximo item.

BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC): POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Considerando que existem uma série de debates, discussões e publicações sobre as três versões da BNCC, o recorte desta seção prioriza algumas potencialidades e, principalmente, alguns desafios da nova base curricular. Como é sabido, faz-se necessária uma mudança no currículo do ensino básico, em decorrência das transformações nas sociedades contemporâneas, segundo apresentado anteriormente, sendo, portanto, válidas as discussões para a implementação de uma nova base curricular no Brasil.

A nova base visa garantir um patamar comum de conhecimentos a todos os estudantes, o que parece ser muito importante, pois embora determinada parcela da população tenha o diploma de ensino médio, do ponto de vista da aprendizagem, é comum existir uma diferença significativa entre as regiões. Além disso, a base garante a diversidade de cada região, território,

na medida em que ao organizar o currículo, o gestor pode incluir temáticas concernentes ao local (AZEVEDO, 2018).

A participação da sociedade civil na construção da primeira e da segunda versão da BNCC foi expressiva, já que a discussão e consulta pública foram amplas, o que não se manteve para a terceira versão, em função das mudanças de Governo. Esse é um desafio, pois no Brasil grande parte das políticas públicas, entre elas as educacionais, ao invés de uma agenda de Estado, acabam obedecendo a uma agenda de governo (LOPES, 2021).

Em meio às principais mudanças, no que se refere à última versão da BNCC em relação às primeiras, parece significativo destacar a alteração da terminologia empregada, a qual passa a enfatizar outra plataforma de educação. No governo Dilma, a ênfase estava nos direitos, na aprendizagem como um direito. No governo Temer, em que a versão final vai sendo chancelada, aparecem as ideias de habilidade e competência, em uma perspectiva mais técnica, voltada para o mercado de trabalho (AZEVEDO, 2018; LOPES, 2021).

Reformas curriculares implicam tensões e conflitos, porquanto está em disputa qual conhecimento é mais ou menos legítimo, importante, e o modo como será ensinado às novas gerações. Trata-se de um campo de força em que a educação é peça-chave para a viabilização de um ou outro modelo de sociedade, sendo significativas as disputas em torno do direcionamento e da hegemonia desse processo. Parece óbvio que em um contexto de primazia da lógica neoliberal, isso se reflita no âmbito das instâncias decisórias, o que tudo indica ter acontecido nas discussões sobre a nova base curricular (MARSIGLIA et al, 2017; LOPES, 2021).

Além disso, no que se refere aos aspectos positivos da BNCC, mencionados na seção anterior, para que sejam viabilizados são necessárias algumas mudanças estruturais, começando pela formação dos docentes. Ainda predomina, na maior parte das universidades, uma formação disciplinar, cartesiana e, não raro, tecnicista. Em geral, a integração dos saberes, as emoções e o autoconhecimento são desconsiderados. Desse modo, a primeira mudança elementar é no âmbito de formação dos educadores, ou seja, nas universidades e/ou em qualificação continuada.

Na sequência, o outro desafio refere-se à redução das áreas de conhecimento, tendo por justificativa a integração dos saberes, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, uma vez que se corre risco de inviabilizar certas disciplinas e degradar ainda mais a docência, abrindo espaço para profissionais ministrarem temáticas específicas em determinado campo do saber sem a devida qualificação (LOPES, 2021). Valorizar a integração dos conhecimentos não significa desvalorizar as disciplinas específicas com seus aportes teóricos, conceituais e

metodológicos. Ao contrário, requer uma base sólida na respectiva área, porém, integrada aos demais saberes.

Partindo do pressuposto de que essas incertezas prevalecem, disciplinas das áreas de humanas - como a Sociologia e a Filosofia, podem perder espaço no currículo. Surge, então, a necessidade de esclarecimento acerca das mudanças que estão de fato sendo propostas. É premente observar se essas modificações visam realmente fortalecer a educação crítica, inclusiva e de qualidade ou se constituem um apanágio da lógica neoliberal, com mais redução de custos em educação (MARSIGLIA et al, 2017).

Nesse viés, considerando que a BNCC não é um currículo, nem uma lei, mas um pacto Inter federativo, os Estados podem definir quais disciplinas vão compor a grade curricular, sem a obrigação de diluí-las em uma lógica interdisciplinar (AZEVEDO, 2018). A limitação de recursos, a ênfase nas áreas tradicionais, o pouco número de docentes com formação específica em Ciências Sociais, tendem, em geral, a reduzir a presença da Sociologia no ensino médio. Além disso, como posto, a orientação da base está pautada em habilidades e competências direcionadas ao mercado de trabalho, o que também restringe a inserção da Sociologia.

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tendo como ponto de partida o contexto atual – o de mudança na BNCC, urge maior protagonismo das Ciências Humanas, principalmente da Sociologia, já que a manutenção de sua especificidade teórica e metodológica é fundamental para a formação discente. Em tempos de obscurantismos, de estereótipos, preconceitos e desigualdades sociais, cabe à Sociologia um papel-chave na desnaturalização desses processos, o que é urgente quando está em questão a cidadania e a democracia (BAUMAN, 2015).

É impossível pensar, imaginar qualquer possibilidade de real democracia com a naturalização do racismo estrutural, do feminicídio, da homofobia, da pobreza, entre tantas mazelas que acometem as sociedades atuais, em especial a brasileira (SOUZA, 2019). Por esse motivo, percebe-se a necessidade de a Sociologia, com carga horária compatível, trabalhar essas problemáticas a partir de conceitos e categorias científicas específicas da área de conhecimento, não apenas no ensino médio, mas também no fundamental.

A compreensão das sociedades e de suas características deveria estar presente em todo o corolário formativo dos estudantes, das séries iniciais à pós-graduação, devido à persistência de preconceitos de classe, gênero e raça nas sociedades no decorrer do tempo (BAUMAN, 2010). No caso do Brasil, a situação é ainda mais trágica, uma vez que não houve rompimento

com as estruturas arcaicas, com as elites agrárias tradicionais, sendo moeda corrente o patrimonialismo, o clientelismo e o nepotismo (VIEIRA, 2001).

Nesse contexto, historicamente, a Sociologia esteve presente em períodos intermitentes na educação básica, o que dificultou a criação de um acervo metodológico de práticas docentes mais consolidadas (OLIVEIRA, 2014). O resultado tem sido certo amadorismo na disposição dos conteúdos das Ciências Sociais na grade curricular, no pouco tempo disponibilizado para a disciplina nas escolas e Institutos Federais. Se, por um lado, isso abre uma gama de possibilidades e liberdades ao docente, por outro, gera insegurança em saber se está fazendo certo, se é assim mesmo, se não seria melhor de outro jeito. E se a Sociologia for comparada, por exemplo, a disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa, que já apresentam um repertório construído, consolidado, com eixos temáticos próprios, distribuídos ao longo dos três anos do ensino médio, o cenário fica ainda mais complicado. Desse modo, urge maior profissionalização no que concerne à licenciatura em Ciências Sociais, em termos metodológicos e de transposição didática, com vista a contribuir para a qualificação do ensino de sociologia escolar.

Devido às características dos temas abordados pela Sociologia, sobre os quais todos têm uma opinião pronta, é muito difícil demarcar uma linha tênue entre ciência e senso comum. Assim, não raro, conceitos e categorias podem ser reduzidos a discussões triviais, de opinião, sem a devida profundidade analítica e sociológica (BODART, 2021). Neste caso, a própria disciplina pode acabar perdendo a legitimidade na instituição, por não apresentar o devido rigor teórico/metodológico, ou ainda por ser, muitas vezes, trabalhada sob um único viés analítico, segundo o interesse de determinado docente.

Frente a esse contexto, para fortalecer-se na educação básica, obtendo maior legitimidade, caberá à Sociologia um constante protagonismo e, principalmente, melhor qualificação do ensino, de modo a consolidar uma matriz curricular condizente com os níveis da educação básica, não sendo legado aos novos profissionais as longas experiências de tentativa e erro. Para isso, entre outras obras, vale citar a recente publicação da coleção *Conceitos e Categorias do Ensino das Ciências Sociais*, organizada por Cristiano das Neves Bodart, publicada pela Editora Café com Sociologia (2021). Trata-se de uma coletânea que inclui Sociologia (vol. I e II), Antropologia (vol. I) e Ciência Política (vol. I), e pode contribuir para a transposição didática de conceitos e categorias das Ciências Sociais aos estudantes do ensino médio. Ademais, há diversas iniciativas importantes, como as da ABECS (Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais), que organiza palestras, eventos, congressos sobre os

desafios e importância da Sociologia na educação básica. Entre uma de suas bandeiras, está a inserção da Sociologia no ensino fundamental.

Outra pauta importante que merece atenção refere-se ao estágio de docência para a formação em licenciatura, o qual é um pouco restrito, não propiciando, assim, a efetiva inserção do profissional no âmbito escolar. O “chão de escola” é imprescindível para a formação docente, logo, ao estagiário, faz-se necessária a real vivência com os profissionais mais experientes, com os servidores, estudantes, pais, podendo ainda participar dos conselhos de classes, assembleias e atividades festivas da escola.

Embora a formação teórica seja imprescindível, também o é a vivência escolar no desenvolvimento profissional. Nesse sentido, no lugar de estágio de docência, talvez fosse interessante algo como residência docente, desde o início da licenciatura, podendo ser o primeiro momento de trabalho em campo, de observação e, posteriormente, de efetivo exercício da docência.

No Brasil, é muito forte a presença da cultura bacharelesca, que valoriza os títulos, colocando em segundo plano o trabalho docente em sala de aula (BOMFIM, 1993). Além disso, não deixa de ser corriqueiro a confusão entre o nível médio e a graduação em Ciências Sociais, sendo comum a reprodução de textos canônicos que pouco sentido fazem aos estudantes secundaristas (AZEVEDO, 2018). Com base nisso, aponta-se para a necessidade de sistematização do conhecimento que será trabalhado neste nível de ensino, segundo as especificidades desta faixa etária, com sugestões de metodologias apropriadas. A Sociologia no ensino médio não deve ser pensada como preparação de futuros sociólogos. Sendo assim, a preocupação maior não deve ser em torno do que ensinar, mas de como ensinar.

Retomando a discussão acerca da BNCC, infelizmente, a correlação de forças vigente parece indicar pouco espaço para manobras que, em curto prazo, possam reverter o conteúdo dessa proposta. Desse modo, resta o fortalecimento do que existe e a disputa interna, nas escolas, nos Estados, nos Institutos Federais, para a manutenção da Sociologia como disciplina independente (AZEVEDO, 2018).

Na medida do possível, assim como Língua Portuguesa e Matemática, por exemplo, a Sociologia poderá realizar atividades interdisciplinares, porém sem abrir mão de suas especificidades teóricas, conceituais e metodológicas. Nesse contexto, é indispensável maior protagonismo da Sociologia como disciplina que faz total diferença no âmbito escolar, sendo imprescindível para a formação cidadã e, em consequência, para a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma nova base curricular para a educação básica era uma demanda latente, em função das mudanças nas sociedades que requerem outro perfil de estudante, de escola e, por conseguinte, de ensino-aprendizagem. As duas primeiras versões da base estavam sendo construídas de forma pública, com a participação de diferentes atores sociais. Como dito, com a mudança de Governo, isso mudou radicalmente, e ficou evidente que as disputas internas pela hegemonia do discurso ganharam força.

Com a nova lei do ensino médio, a terceira versão da BNCC ficou quase irreconhecível, já que adquiriu outro perfil. Se antes a ênfase estava na educação enquanto direito, agora a ênfase está nas habilidades e competências, com um foco mais imediatista, voltado para o mercado de trabalho. A questão do empreendedorismo, frente a nova configuração da base, parece ser a tônica (LOPES, 2021).

Afora essas mudanças, a última proposta ainda oferece aspectos muito interessantes, no que se refere à valorização da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, por exemplo. Por outro lado, ao não mencionar a necessidade de modificações estruturais no âmbito da educação, que sejam capazes de propiciar essas mudanças, entre elas formação docente, remuneração, estrutura física das escolas, reforça o viés neoliberal, de redução de custos e formação aligeirada para o mercado de trabalho (MARSIGLIA et al, 2017).

É importante destacar que frente a esse contexto, a Sociologia fica em desvantagem, e é provável a perda de espaço na educação básica. A curto e talvez médio prazo, as novas diretrizes não poderão ser mudadas, cabendo à Sociologia o seu fortalecimento e protagonismo nos espaços conquistados, mantendo o que tem e, na medida do possível, ampliando sua margem de atuação. Como posto, os Estados e os Institutos Federais têm autonomia, no que concerne à organização para do itinerário formativo, para dissolver a disciplina, pautados no discurso da interdisciplinaridade, ou manter suas especificidades na grade curricular (AZEVEDO, 2018).

O protagonismo da Sociologia pode contribuir para a ampliação de espaços junto às instâncias educacionais/governamentais. Para tanto, cabe reforçar o papel-chave da disciplina na desnaturalização dos estereótipos e preconceitos, o que é imprescindível quando está em questão a cidadania e a democracia.

Por fim, é de extrema relevância que não restem dúvidas aos futuros profissionais de Ciências Sociais acerca do propósito da Sociologia no nível médio - formar cidadãos críticos

e reflexivos (e não sociólogos). Partindo deste princípio, a referência muda, visto que a preocupação não deve estar centrada no conteúdo (o quê?), mas no *método* (como?). Ou seja, como passar determinados conteúdos que façam sentido aos estudantes, que despertem neles o interesse.

O estágio docente, nesse cenário, é fundamental, assim é válido refletir sobre a sua ampliação, podendo, quiçá, ser transformado em residência de docência. Além disso, faz-se necessária a sistematização do conhecimento que será trabalhado nesse nível de ensino, obedecendo, é claro, às especificidades dessa faixa etária, com sugestões de metodologias apropriadas. Caso contrário, persistirá o amadorismo, a tentativa de acerto e erro, que pouco contribui para o protagonismo da Sociologia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, *Gustavo Cravo*. A base nacional comum curricular atropelada pela reforma do ensino médio: uma entrevista com Marcelo Burgos. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**. n.º 21, 1º sem. 2018, pp. 5-20. Departamento de Sociologia - Colégio Pedro II. Disponível em: <https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1738/1246>. Acesso em 10/03/2021.

BODART, Cristiano das Neves (Org.). Conceitos e categorias fundamentais do ensino de sociologia. **Coleção Conceitos e Categorias do ensino de Ciências Sociais**. Vol. I. Maceió, AL: Café com Sociologia, 2021.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia?** Diálogos com Michael Hviid Jacobsen e Keith. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Brasília: Ed. da UnB, 1963.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GADOTTI, Moacir. Aprender, ensinar: um olhar sobre Paulo Freire. **Abceducatio: a revista da educação**, São Paulo, v.3,n.13 , p. 16-22, jan. 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

LIBÂNEO, José Carlos (org.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2010.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. (Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. **Revista de Ciências Sociais** — Fortaleza, v. 52, n. 1, mar./jun., 2021, p. 245-282. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/59993/165882>. Acesso em: 20/05/2021.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão, et al. Base nacional comum curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p.107-121, abr. 2017.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2005.

MORIN, Edgar; JACOBINA, Eloá. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOSÉ, Viviane (org.). **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. Os desafios teórico metodológicos do ensino de sociologia no ensino médio. **Perspectiva:** Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 32, n. 3, p.1019-1044, set. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico:** o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania.** A Sociedade Civil na Globalização. São Paulo: Record, 2001.